



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2025

Relatora: Vereadora Daiane Ribeiro

I – RELATÓRIO

Chega à apreciação desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2025, de autoria do Vereador Natanael Alves Lacerda, que **“Concede Título Honorífico de Cidadão Quirinopolitano ao Senhor Marcelo de Oliveira Lima, e dá outras providências”**.

A proposição tem como objetivo homenagear o referido cidadão, reconhecendo seus relevantes serviços prestados ao município de Quirinópolis, especialmente em razão de sua atuação como Guarda Civil Municipal, bem como pela trajetória pessoal e profissional construída em nossa cidade.

II – PARECER

a) Constitucionalidade e Juridicidade

O projeto encontra amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que confere competência aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local. A concessão de títulos honoríficos é matéria de caráter interna corporis do Poder Legislativo, não se tratando de norma geral, tampouco implicando ingerência em competências privativas de outros Poderes.

Dessa forma, **não se identifica inconstitucionalidade formal ou material**.

b) Técnica Legislativa

Observa-se que o texto atende, em linhas gerais, às regras de clareza, objetividade e boa técnica legislativa. Entretanto, destaca-se que o **artigo 2º contém impropriedade redacional**, ao dispor:

“Este Decreto Legislativo entrará Lei em vigor...”

O correto seria:



**ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS**

“Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.”

Trata-se de vício **parcial**, meramente redacional, que não compromete a essência do projeto, podendo ser sanado por emenda supressiva ou corretiva.

c) Regimentalidade

A proposição está de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Quirinópolis, uma vez que compete ao Poder Legislativo a outorga de honrarias e títulos de cidadão honorário.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão opina **pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa (ressalvada a necessidade de correção redacional do art. 2º) e regimentalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2025**, recomendando sua tramitação regular, com a devida adequação redacional apontada.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Quirinópolis, aos 18 de Agosto de 2025.

Vereadora Daiane Ribeiro
Relatora – CCJR